

As metas recentemente anunciadas por diversos países para zerar suas emissões apontam na direção correta, mas ações concretas são urgentes para garantir uma trajetória segura.

**Transição energética no pós-pandemia e
recuperação econômica**
29/abr/2021

A crise econômica desencadeada pela pandemia representa, não apenas um desafio, mas também uma oportunidade para construir um sistema energético mais limpo e seguro. Contudo, ao mesmo tempo em que cria condições para rupturas na tendência histórica, a crise se materializa em aversão ao risco, desemprego e empobrecimento de populações. A pressão por soluções é premente, mas a oportunidade não deve ser perdida, buscando atender conjuntamente os objetivos da recuperação e da descarbonização.

Embora as emissões de CO₂ tenham recuado 6% em 2020, as estimativas para o seu comportamento em 2021 são de forte crescimento, indicando o que pode vir a ser a segunda maior elevação nos últimos 30 anos. Isso indica que, caso não haja uma ação efetiva dos governos e demais atores globais, a trajetória prévia à pandemia pode ser retomada.

A visão de que a queda nas emissões pode ser entendida como um efeito colateral positivo da crise se mostra, assim, largamente equivocada dado que se relaciona a uma redução abrupta no nível de atividade e não ao avanço da transição com mais eficiência e renováveis.

Um elemento crítico para aferir a evolução da transição energética é a construção de métricas que permitam verificar o desempenho dos países nesse processo. Para WEF, a transição não se restringe apenas à questão climática, mas também à ampliação no acesso à energia e na contribuição do setor energético para o desenvolvimento. As métricas, portanto, devem considerar conjuntamente esse tripé em sua avaliação.

O indicador agregado calculado pela WEF indica avanços na última década, porém em escala e

velocidade ainda insuficientes. Além disso, apesar dos avanços na questão ambiental, o aspecto de facilitador do desenvolvimento econômico se manteve estagnado como resultado da elevação dos custos de energia, o que implica em desigualdade.

A IEA também monitora de perto a conversão de metas anunciadas em ações concretas, de forma a aferir se as trajetórias são compatíveis com os objetivos do Acordo de Paris. Três elementos fazem parte dessa monitoração: i) Acompanhamento das políticas em vigor e anunciadas; ii) Avaliação dos resultados obtidos com a implementação das políticas e iii) Avaliação dos impactos econômicos na geração de empregos e segurança energética.

É preciso ainda tornar a transição resiliente a crises, orientando as ações e políticas por meio de direcionadores que: i) visem a inclusão, a redução de desigualdades e, conseqüentemente, a mitigação de resistências no processo; ii) persigam uma visão integrada abrangendo demandantes e ofertantes de energia de forma complementar, com políticas direcionadas aos dois lados e iii) garantindo o financiamento necessário a essa grande reestruturação produtiva do sistema industrial-energético.

Um marco importante para catalisar a transição será a COP 26, a se realizar em Glasgow ao final deste ano. Há uma grande expectativa para que os países atualizem e ampliem seus compromissos (NDCs), que aumentem a transparência na contabilização de suas emissões, que sejam implantados mecanismos efetivos de financiamento e que haja avanços na implementação de um mercado global de carbono, capaz de acelerar a transição ao menor custo possível.